

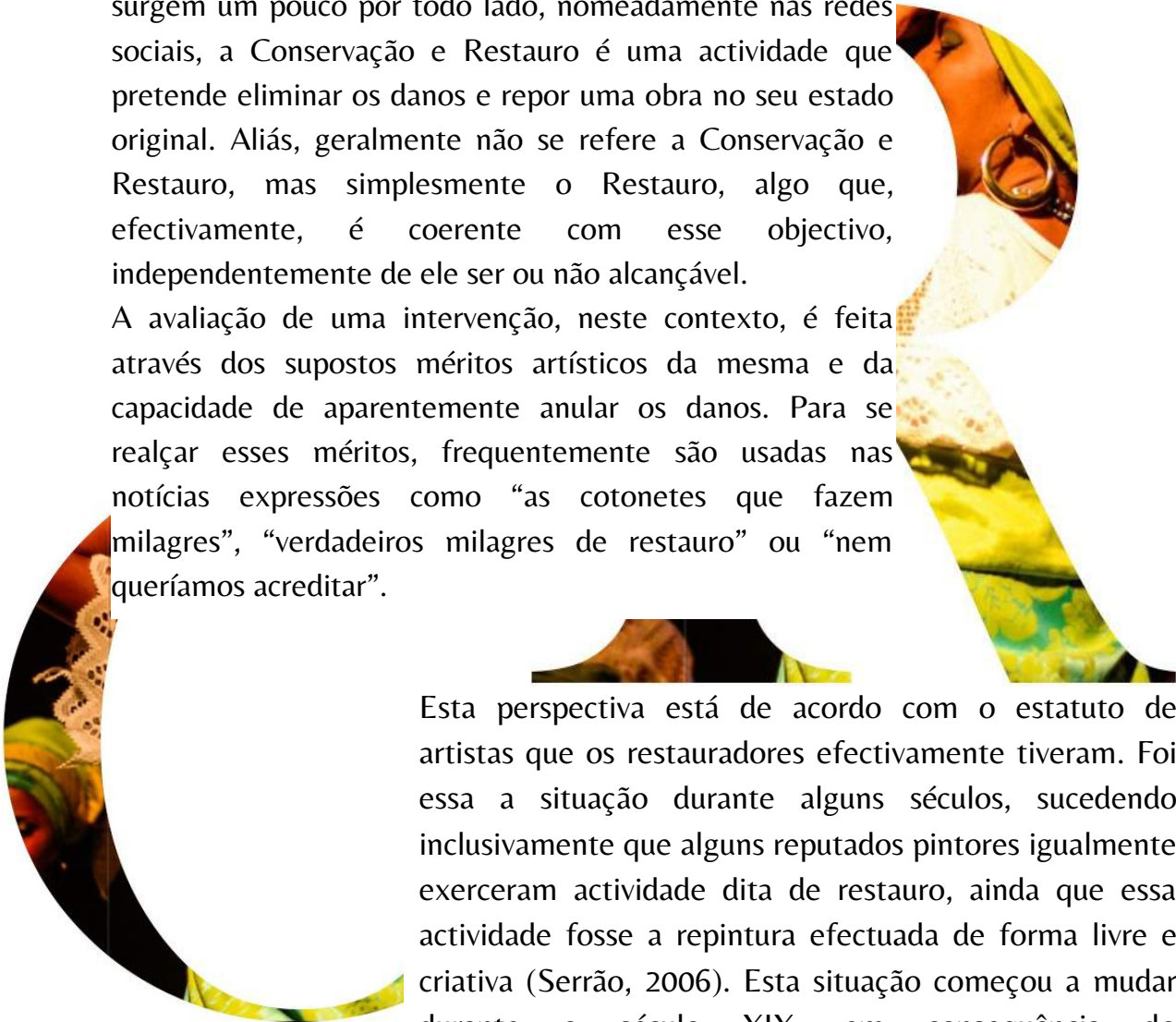
## **A cotonete e a caneta: a imagem da Conservação e Restauro e a importância da publicação**

– António João Cruz

Segundo a imagem transmitida pelos meios de comunicação social e a imagem que transparece nos comentários que surgem um pouco por todo lado, nomeadamente nas redes sociais, a Conservação e Restauro é uma actividade que pretende eliminar os danos e repor uma obra no seu estado original. Aliás, geralmente não se refere a Conservação e Restauro, mas simplesmente o Restauro, algo que, efectivamente, é coerente com esse objectivo, independentemente de ele ser ou não alcançável.

A avaliação de uma intervenção, neste contexto, é feita através dos supostos méritos artísticos da mesma e da capacidade de aparentemente anular os danos. Para se realçar esses méritos, frequentemente são usadas nas notícias expressões como “as cotonetes que fazem milagres”, “verdadeiros milagres de restauro” ou “nem queríamos acreditar”.

Esta perspectiva está de acordo com o estatuto de artistas que os restauradores efectivamente tiveram. Foi essa a situação durante alguns séculos, sucedendo inclusivamente que alguns reputados pintores igualmente exerceram actividade dita de restauro, ainda que essa actividade fosse a repintura efectuada de forma livre e criativa (Serrão, 2006). Esta situação começou a mudar durante o século XIX, em consequência do desenvolvimento da consciência patrimonial, passando, supostamente, a respeitar-se a obra original, mas continuando os restauradores a serem artistas ou, pelo menos, a terem formação artística.





As competências específicas para a actividade de restaurador eram adquiridas, tal como as competências artísticas, através de um sistema de ensino oficial em que o conhecimento, por via oral e através da experiência prática, era transmitido de mestre para aprendiz (Ashley-Smith, 2009). A este respeito é significativo que dos conservadores-restauradores que trabalharam entre 1965 e 1980 no Instituto José de Figueiredo (a instituição pública de Portugal dedicada à Conservação e Restauro), a maior parte dos que entraram antes de 1970 tivesse apenas 4 anos de escolaridade, sendo a sua formação obtida internamente com alguns conservadores-restauradores mais experientes com formação artística (Figueira, 2015).

Sendo as intervenções vistas como actividades artísticas e sendo a perspectiva e a exigência artísticas muito diversificadas, compreende-se que, com alguma frequência, o tratamento das obras seja colocado nas mãos de quem se julga ter algum jeito. Isto tem acontecido especialmente em meios rurais e os resultados traduzem-se muitas vezes em repinturas totais com tintas brilhantes e vibrantes que, no entanto, costumam ser apreciadas como importantes valorizações das obras pelas comunidades a que estas pertencem.

De uma forma geral, só houve mudanças do sistema de formação na segunda metade do século XX, em muitos casos com a criação de cursos de Conservação e Restauro junto a instituições com competências nessa área (Figueira, 2015), mas em 1984 a profissão de conservador-restaurador ainda estava indefinida na maior parte dos países. Nessa ocasião, o Comité da Conservação do Conselho Internacional dos Museus afirmou a necessidade de a formação em Conservação e Restauro ser de nível superior e com equivalência a um grau académico, o que veio a ser repetido pela Confederação Europeia de Organizações de Conservadores-Restauradores (E.C.C.O.) e pela Rede Europeia para o Ensino da Conservação e Restauro (ENCoRE), criadas, respectivamente, em 1991 e 1997. Em Portugal, o primeiro curso, um curso técnico, surgiu no início da década de 1980 no Instituto José de Figueiredo e os primeiros cursos superiores, um dos quais no actual Instituto Politécnico de Tomar, no final dessa mesma década.

As definições da profissão que surgiram nos documentos das décadas de 1980 e 1990, especialmente da E.C.C.O. e da ENCoRE, estabelecem que são actividades e responsabilidades do conservador-restaurador o planeamento estratégico, o exame diagnóstico, a elaboração de planos de conservação e propostas de tratamento, os



tratamentos e a respectiva documentação, além de também ser da sua competência desenvolver programas, projectos e inquéritos, prestar aconselhamento e assistência técnica, preparar relatórios técnicos, realizar investigação, desenvolver programas educativos e ensinar, divulgar e promover a Conservação e Restauro ("ECCO Professional Guideline I," 2002). Portanto, muito mais do que a simples intervenção manual.

Esta mudança, porém, ainda não teve grandes efeitos na imagem pública da Conservação e Restauro. À imagem de artista que se associa ao conservador-restaurador pode-se acrescentar as muitas fotografias que circulam publicamente que não só ilustram a ideia da Conservação e Restauro como actividade essencialmente manual como a alimentam e, por vezes, ainda que sem intenção, quase parecem fazer a sua apologia. É o caso, por exemplo, das fotografias lado a lado das obras de arte antes e depois das intervenções, que acabam por realçar sobretudo o virtuosismo manual necessário para a transformação. É igualmente o caso das comuns fotografias de conservadores-restauradores debruçados sobre as obras, de cotonete, bisturi ou pincel na mão, fotografias frequentemente focadas nessa mesma mão e no instrumento que segura (Brooks, 2008).

É claro que a capacidade de intervenção manual é fundamental em Conservação e Restauro, mas a intervenção da mão surge apenas nalgumas operações, especialmente nas últimas etapas, as quais é suposto passarem à prática o resultado de um processo de avaliação e de decisão que requer muitas outras competências (Appelbaum, 2007). Como já alguém lapidarmente disse a respeito desta situação, "sine scientia ars nihil est – sem conhecimento, a habilidade nada é" (Seymour, 2014). Sucede, no entanto, que as outras actividades têm bem menor visibilidade, não apenas pela sua natureza, mas também pelo reduzido desenvolvimento que algumas ainda têm. Disso são exemplo as actividades de natureza mais académica, em particular as relacionadas com as publicações. A este respeito é elucidativo o testemunho de Peter Brimblecombe, em 2006, para um relatório sobre Ciência e Património preparado pela Câmara dos Lordes: "I found that conservators and managers of heritage do not read scientific journals; in fact they hardly seem to read anything at all" (Science and Heritage, 2006: 78). E quem não lê, evidentemente, menos ainda publica.

É certo que as palavras de Brimblecombe têm já alguns anos, mas, não obstante as mudanças que entretanto ocorreram, a desvalorização das publicações é algo que continua a ser assinalado (Cruz, Revez & Figueira, 2017; Larsen & Andersen, 2017).





Contudo, a definição e a afirmação de uma disciplina académica está profundamente relacionada com o conhecimento que se regista e transmite através das publicações (Serenko & Bontis, 2013) e, por muito importante que seja a componente prática, especialmente em contextos empresariais, o acesso à profissão de conservador-restaurador exige formação superior e esta pressupõe a existência de uma disciplina académica, com tudo o que isso implica.

O impacto desta situação, em particular da imagem da Conservação e Restauro como actividade essencialmente manual, não se esgota nessa mesma imagem pois tem implicações como as que se traduzem no estatuto inferior, de mero técnico, que os conservadores-restauradores frequentemente têm quando, devido às circunstâncias, colaboram profissionalmente com outras áreas académicas, como a Arquitectura, a História da Arte ou a Engenharia Civil (Cruz & Desterro, 2020; Røskar, 2019).

As mudanças que são necessárias para o reconhecimento da profissão e da actividade passam pelo aprofundamento da imagem da Conservação e Restauro como disciplina académica como as outras, o que, por sua vez, requer um grande incremento da actividade de publicação, por um lado, e do uso dessa literatura, por outro. Ou seja, uma mudança do paradigma subjacente à apologia da cotonete, para um paradigma que leve à apologia da caneta ou, numa versão mais up-to-date, do teclado. As consequências que daí podem resultar, ainda que não a curto prazo, não se limitam, no entanto, às questões de imagem e estatuto. Com efeito, a publicação pode contribuir para:

- afirmação da Conservação e Restauro como disciplina académica;
- conquista de espaço no mapa dos saberes, algo que a génese interdisciplinar da Conservação e Restauro – entre as Ciências, as Humanidades e as Artes – torna vital e que a necessidade de se distinguir entre esta e outras disciplinas em documentos orientadores como os E.C.C.O. Professional Guidelines mostra que ainda está longe de resolvido;
- desenvolvimento da disciplina, que resulta do desenvolvimento do corpus bibliográfico em que assenta;
- disseminação do conhecimento pelos outros conservadores-restauradores e melhoria da sua formação;
- reconhecimento social do conservador-restaurador como profissional com formação específica;



- autocrítica dos trabalhos realizados, pois o acto de escrever constitui-se como uma ocasião privilegiada de sistematização, organização e reflexão;

- melhores intervenções de Conservação e Restauro, pois quanto mais vasto é o corpus da respectiva literatura mais informadas podem ser as intervenções;

- em última análise, por todas estas razões, valorização do Património. Convém notar-se que, não obstante muitas revistas condicionarem a aceitação dos artigos às novidades que contêm, especialmente metodológicas ou tecnológicas, e ao aparato científico que envolvem, para o desenvolvimento da disciplina e tudo o que daí resulta são igualmente importantes os casos mais comuns, mesmo os que apresentam semelhanças com outros já publicados. Inclusivamente, já foi notada a falta de publicações que simplesmente apresentem tratamentos de Conservação e Restauro que não resultaram (diversas mensagens em “Global Conservation Forum”, American Institute for Conservation, 2020). Só dessa forma o corpus da literatura, ainda tão reduzido devido à recente origem da disciplina académica e ao secretismo que ainda persiste das antigas tradições oficinais, pode tornar-se verdadeiramente útil para todos os conservadores-restauradores, não apenas para os que se dedicam à investigação, mas também para os que trabalham em ambientes empresariais.

Sem dúvida que nos últimos anos houve um significativo acréscimo das publicações na área da Conservação e Restauro, em grande parte devido às que surgem nas instituições de formação, seja em resultado dos projectos de investigação, seja integradas no próprio processo de formação, mas o trabalho feito fora desse contexto, o trabalho de rotina não obstante as especificidades de cada caso, continua ainda a ser muito pouco divulgado.

No entanto, o momento actual, devido às oportunidades proporcionadas pela digitalização, é especialmente favorável ao desenvolvimento da actividade de publicação:

- em consequência da facilidade de publicação, da diminuição de custos e de novos modelos de publicação, está em curso um aumento muito expressivo do número de revistas onde a Conservação e Restauro pode entrar, seja por iniciativa de editoras internacionais, de instituições com interesses na área ou de associações profissionais;



- directa consequência desse maior número mas também de mudanças de perspectiva, há maior diversidade de tipos de publicações, maior abertura a novos modelos e maior interesse em casos comuns;
- o acesso às publicações tornou-se muito mais fácil, não só devido ao formato digital e modelo de acesso livre adoptado por muitas revistas, como às novas formas de circulação e distribuição de publicações, como, entre outras, repositórios, fóruns, redes sociais de natureza académica ou profissional (Academia, ResearchGate, LinkedIn) ou outras páginas na internet;
- as novas formas de divulgação, com recurso às redes sociais e outras plataformas, permitem aproximar profissionais de não profissionais e, através de um trabalho contínuo e persistente, contribuir para o desenvolvimento de uma nova imagem pública da Conservação e Restauro.

Evidentemente que os problemas da Conservação e Restauro não se resolvem apenas através da publicação, seja técnica e científica ou de divulgação, mas alguns dificilmente se resolverão enquanto a cotonete ou outro instrumento de trabalho manual continuar a ser uma das principais imagens da disciplina e, sobretudo, da profissão.